

Brasília, 14 de maio de 2020.

Referência: artigo – A mão que salva: um ensaio inútil.

Caro professor e amigo Manuel Curado,

Antes de tudo, meus votos de que o amigo e a família estejam bem e com saúde, nestes tempos bicudos, quando um vírus cumpre o seu ciclo natural ou pretensões imperialistas testam se medo televisado consegue submeter a humanidade.

Li, com viva atenção e grande prazer intelectual, o seu artigo referenciado, que trata do drama humano na caverna de Platão. No meu entender, esforço intelectual com tamanha dedicação e entrega não pode deixar de ser comentado e repercutido, em razão do elementar compromisso que todo pensador deve ter, ou deveria ter, com a expansão do conhecimento. A bem da verdade, tenho solicitado apreciações críticas de trabalhos meus, na expectativa de aperfeiçoar conhecimento e tenho percebido que, curiosamente, isso não constitui hábito no meio acadêmico. Os pensadores parecem mais à vontade ao criticar autores que já se foram e não podem mais nem aproveitar as críticas nem defender os seus pontos de vista. Parece que o brasileiro, em particular, fica constrangido diante do contraditório, que é justamente o mais eficaz recurso que há para aperfeiçoar conhecimento. No meu caso, talvez, seja para evitar críticas ao escandaloso descaso que temos para com as formalidades acadêmicas, que o amigo tão bem domina e que não me parecem tão decisivas, uma vez que não fazem falta em obras, tais como os diálogos de Platão. Tenho, porém, recebido contribuições no âmbito do grupo de estudos das Segundas Filosóficas, âmbito no qual a amizade constitui a argamassa que une os membros na busca da verdade, e as contribuições são, invariavelmente, sinceras e amistosas, por mais contundentes que sejam.

Em virtude desse sentimento de amizade e do que se lê nas linhas e nas entrelinhas do seu artigo, sinto-me compelido a comentá-lo em dois ou três dos seus aspectos que admitem olhar distinto capaz de ensinar, virtualmente, ampliação do entendimento. Mas, para início de conversa, quero registrar minha admiração pela maestria com que o amigo esgrima a dialética e consegue encontrar os contrapontos mais ocultos e menos evidentes que cercam as questões, de sorte a resultar um texto crítico capaz de deliciar o mais ferrenho platonista. Parabéns.

Destaquei um número tão grande de sentenças que as comentar integralmente tornaria este texto longo demais e, possivelmente, de leitura enfadonha para o amigo. Por isso, permito-me buscar apenas os pilares de sustentação da narrativa de Platão, quando expressa por intermédio da alegoria da caverna. Compartilho de muitas percepções que o professor registra no texto e, em particular, comungo da sua dúvida a respeito da hermenêutica ser capaz de revelar o modo platônico de pensar. Também tenho, tal como o amigo, interpretação de Platão divergente, em importantes aspectos, das leituras típicas produzidas normalmente na Academia. Considero-me metafísico e o faço por dispor de tese a respeito. Conforme o amigo pode constatar, no meu texto sobre A Teoria dos Princípios... de Platão?, penso que Platão produziu uma obra instigante e atemporal porque possuía concepção da estrutura ontológica e metafísica que responde pela existência em nosso universo. Na minha leitura, ele resolveu a questão primeira que se coloca a toda consciência que pretenda, a sério, interpretar o mundo e o que nele existe, qual seja, a de explicar como, em termos metafísicos, pura potência converte-se em existência em ato. Rigorosamente, sem explicação sobre o advento da existência, nossos discursos sobre o mundo e as coisas que existem pairam sobre base imponderável. Assim,

também aqui, antes de considerar o seu texto, pensamos que nos cabe esclarecer o referencial metafísico que vai fundamentar tais considerações. Vamos a isso.

A perspectiva metafísica de Platão considera a presença de um princípio necessário – o Bem em si, ou o Uno – a partir do qual, a existência desdobra-se, ontologicamente, até atingir a forma de totalidade, condição na qual ganha assento estável na existência. Essa perspectiva contempla processo ontológico que parte de uma unidade indivisível de máxima simplicidade e desdobra-se no sentido da complexidade, até assumir a forma de totalidade complexa feita de partes, igualmente unitária. Designei esse processo ontológico de *algoritmo da criação*, por constatar que ele fornece explicação para todos os fenômenos presentes e manifestos em nosso mundo relativo. Posteriormente, constatei que as próprias criações humanas obedecem às determinações desse algoritmo, mesmo que não se tenha consciência dele – uma das evidências do caráter universal dele.

Em algumas ocasiões, Platão refere-se ao princípio necessário da Metafísica, como Uno e Bem em si, mas, em outras, designa-o de ilimitado, tal como o fazia Pitágoras. Esse fato revela-se da maior importância para realmente se compreender o modo platônico de pensar, porque, no diálogo Parmênides, ele qualifica o ilimitado como não tendo limites nem internos nem externos. Ora, essa condição – de não ter limites nem internos nem externos – aponta para uma única instância geométrica: a instância da adimensionalidade.

Essa qualificação do Bem em si, como tratando-se de algo adimensional, coaduna-se com o espírito matemático da época e justifica-se plenamente no fato de a adimensionalidade ser a única instância geométrica que admite ou é capaz de comportar atributos absolutos. De outro lado, essa qualificação do Bem em si, do ilimitado e do absoluto, como sendo elementos inerentes a uma instância adimensional, implica caracterizar, dimensionalmente, também, todo o âmbito limitado e relativo derivado do princípio necessário. A consequência evidente é uma organização dimensional da existência relativa. Somando-se a isso, que Pitágoras, referindo-se a princípios básicos da existência, contrapunha ao ilimitado, não um limitado, mas, um limitante, verifica-se que organização da realidade relativa, mediante o critério dimensional, oferece, justamente, no desdobramento dimensional das amplitudes crescentes necessárias para comportar o mundo, limitações sucessivas à manifestação existencial, até que se configure uma unidade complexa feita de partes no âmbito da diversidade. Ou seja, cada dimensão da existência implica uma limitação maior e crescente. Cada instância dimensional faculta amplitude crescente para a manifestação da existência, mas, ao mesmo tempo, impõe limites sucessivos a essa manifestação.

A prova de que Pitágoras e Platão comungavam desse modelo interpretativo do advento da realidade encontra-se na década sagrada de Pitágoras, expressa na equação $[1 + 2 + 3 + 4 = 10]$, sobre a qual juravam fidelidade os iniciados da comunidade pitagórica, e, por parte de Platão, no testemunho da Carta VII, indicando os mesmos cinco numerais e destacando ser o quinto o que verdadeiramente é (existe) e pode ser conhecido, ou seja, o quinto, a totalidade, é o que, de fato, existe em ato. Obviamente, nesse caso, os quatro números que lhe antecedem, nesse processo cumulativo, constituem antecedentes necessários, de caráter ontológico. Assim, a existência em ato resulta privativa do quinto: uma totalidade unitária distinguível no âmbito da diversidade, e o modelo cumulativo explicita “os intermediários” da dialética de Platão, que separam “as coisas, tal qual elas nos são dadas, do ser que as constitui”.

Na verdade, o modelo é pitagórico. É Pitágoras que mapeia a existência, distinguindo uma instância absoluta (ilimitada) e uma instância relativa (limitada). A seguir, indica que a instância limitada resulta configurada pela ação de um limitante expresso quantitativamente no formato da década sagrada – há uma outra expressão geométrica, na forma de triângulo equilátero, contendo dez seixos equidistantes alinhados em quatro níveis. Não sei se Platão se apossa desse

referencial, a partir de fontes pitagóricas, ou se o obtém diretamente dos templos do Egito Imperial, onde a questão já era tratada geometricamente e fundamentava os mais caros relatos mitológicos daquela cultura. De qualquer forma, Platão encanta-se com o modelo, percebe as potencialidades explicativas dele, o modelo, por sua vez, como que se apossa do espírito de Platão, e este se vê compelido a produzir a obra conhecida, tentando traduzir, racionalmente, um estado de espírito e um modo de ver o mundo que precisavam ser despertados a partir da alma dos educandos.

Isso, em presença de uma angustiante insuficiência de conceitos, aptos ou capazes de expressar o que tinha de ser dito. Hoje, temos o sistema decimal, que mostra como uma estrutura básica replica-se ao infinito: basta conhecer os dez primeiros números e a regra de replicação, para ter acesso a todo o universo quantitativo. Hoje, temos a tabela periódica de elementos, que mostra que a natureza se edifica em instâncias de crescente complexidade, valendo-se das mesmas partículas atômicas, variando apenas quantidade e organização e produzindo átomos de propriedades exclusivas, crescentemente complexos, que se distribuem e ocupam posições determinadas em um espaço de possibilidades de configuração de matéria. Tão precisa que permitiu à ciência antever existência antes do átomo ser encontrado. A tabela periódica revela que a natureza é energizada com um impulso para a complexidade e que a existência apenas se manifesta em ato, quando o processo de complexificação encontra um estágio organizativo no qual as partes constituintes se articulam ou são articuladas em perfeita complementaridade e assumem a forma de uma totalidade unitária. Estruturalmente, a tabela periódica indica posições de repouso organizativo que se sucedem no espaço de possibilidades de manifestação da matéria. Nesse sentido, revela a própria tendência para a complexidade da natureza da existência relativa. As propriedades privativas de cada átomo indicam que cada átomo transcende o anterior e é transcendido pelo seguinte, em razão de possuírem naturezas distintas e propriedades inconfundíveis. Esse fato sugere duas coisas. Primeiro, que a natureza relativa edifica a complexidade crescente mediante processos sucessivos de transcendência que instauram, sempre, totalidades unitárias, fato que admite e até requer um único e mesmo algoritmo criador de totalidades. Uma solução econômica, simples, genial e, por que não dizer, divina. Segundo, que a coleção conhecida de átomos indica a presença, na natureza, de um impulso para a complexidade que energiza toda a existência relativa, compelindo-a para a complexidade organizativa. O resultado é uma natureza energizada de um ímpeto de ser.

Poderíamos arrolar ainda muitas outras facilidades hoje disponíveis e ausentes na Grécia Clássica, mas a reclamação de Platão, na República, sobre a inexistência, na época, de uma ciência da terceira dimensão, tomada à vista da cultura científica moderna, que se limita ao contido no âmbito espaço-temporal, escancara a diferença de mundos nos quais se vivia então e o que se vive hoje. Mundos virtualmente excludentes ou complementares, cujas diferenças nos advertem do risco que corremos ao tentar interpretar aquele passado.

Em razão dessas circunstâncias, entendemos justificadas tanto a recorrência ao mito e às alegorias como a falta de uma explicação conceitual bem concatenada e explícita, sobre o referencial que presidia o pensamento de Platão bem como a insistência dele em fazer com que a percepção brotasse na alma dos educandos. Pretenderia ele cultivar/lapidar almas?

Hoje, contando com os recursos modernos disponíveis e assumindo a perspectiva matemática dos gregos clássicos, podemos mapear o território metafísico contemplado pelos olhos de Platão e avaliar, supostamente com mais segurança, as visões que o referencial lhe propiciava. Possivelmente, a ausência de Platão, nos diálogos, pretendia, justamente, atribuir o discurso ao referencial e não ao eventual ser humano que discursava.

O território metafísico vislumbrado por Platão apresenta a seguinte composição:

Ilimitado	Limitante				
O Uno	1	+ 2	+ 3	+ 4	= 10
O Bem	O nome	A definição	O torneado que se perde	O conhecimento	O que verdadeiramente é e pode ser conhecido
Adimensional	Uma dimensão	Duas dimensões	Três dimensões	Quatro dimensões	Totalidade

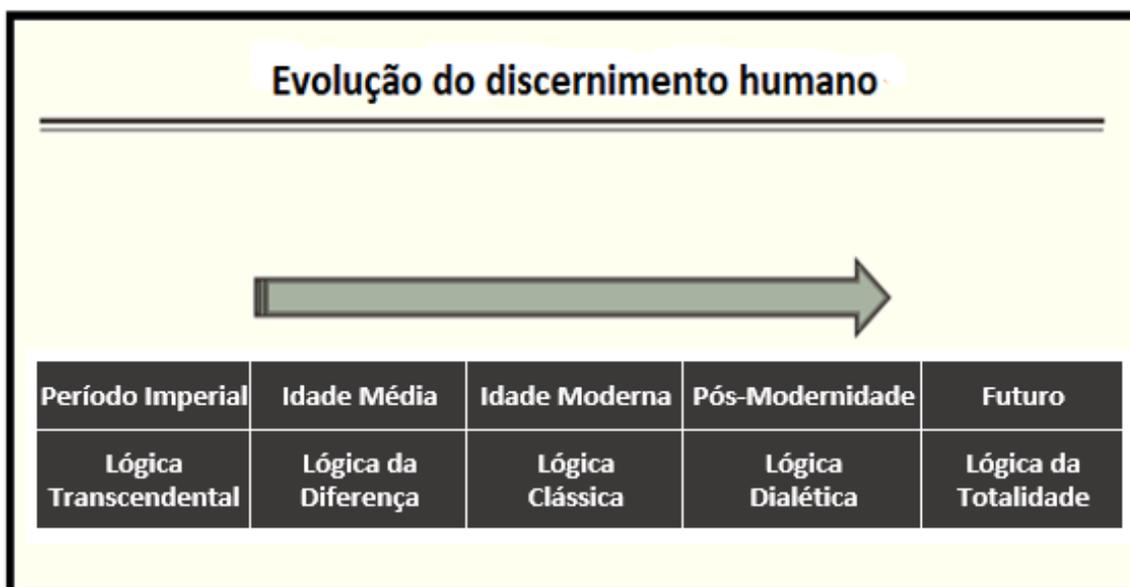
Na figura, combinamos, na primeira linha, o mapeamento da existência de Pitágoras. Na segunda, o Uno, que, segundo Platão, antecede à série dos números naturais, seguido da década sagrada de Pitágoras, que indica o percurso ontológico cumprido pelo ser, na edificação da existência em ato, percurso que designamos por algoritmo da criação. Na terceira linha, posicionamos o Bem em si de Platão, na instância absoluta, e distribuímos os conteúdos dos cinco numerais que ele relaciona, na Carta VII, segundo a ordem por ele estabelecida. Finalmente, na quarta linha, indicamos, valendo-nos do critério geométrico dimensional, as amplitudes existenciais demandadas e correspondentes aos cinco modos de ser que se acumulam e se complementam na constituição do modo geral de ser do que verdadeiramente é e pode ser conhecido: uma existência em ato.

Uma vez explicitada a estrutura básica da concepção metafísica de que nos valem, podemos agora, caro professor Curado, considerar os três pontos que mais nos tocaram no seu texto: a condenação à existência, a mão que salva e a exigência de retorno à caverna dos que lograram sair. Quanto aos últimos dois pontos, não vamos aportar novidades. O seu texto já indica as interpretações que esposamos, mas que não foram bem valorizadas e virtualmente descartadas, em razão de justificativas não amparadas pelo referencial. Com isso, também, tal qual Platão, ausentamo-nos da crítica e deixamos que o referencial se pronuncie.

Apenas a primeira questão, sobre a condenação à existência na caverna de Parmênides, admite ressalva que merece ser estendida à toda a Academia, já que forma metafísicos sem o cuidado de distinguir o lógico do ontológico. Quando Parmênides denuncia o não-ser como não merecedor de consideração, por parte de homens sensatos, faz isso por razões ontológicas muito bem fundamentadas: um nada absoluto não pode ser antecedente ontológico de algo existente. O nada absoluto não pode cumprir o papel de antecedente ontológico que o ilimitado (existência absoluta) cumpre, em relação ao limitado (existência relativa). A razão é simples: o não-ser não existe e, se existisse, não seria não-ser. Quando se contrapõe à existência, o não-ser absoluto de Parmênides, como se fosse uma alternativa, realiza-se, indevidamente, uma operação lógica, inaplicável ao caso. Conforme entendemos, cada instância dimensional da existência implica uma lógica apropriada e distinta e operações subjetivas correspondentes. Isso significa que existe um uso adequado dos raciocínios lógicos que não podem ser confundidos, sob pena de produzirem conclusões equivocadas sobre a realidade. É o caso da contraposição sugerida. O não-ser de Parmênides não é um ser-outro, mas é, absolutamente, não-ser, o que implica que existir não é alternativa a algo, mas é, simplesmente, um fato inescapável.

Um modo alternativo de dizer isso é considerar que, sendo o algoritmo da criação universal, as diferentes amplitudes dimensionais que, no plano objetivo, patrocinam padrões de movimentos existenciais típicos, cada um determinado pela amplitude local, isto é, modos típicos e privativos de ser, no plano subjetivo, esses mesmos padrões de movimento patrocinam modos correspondentes de pensar, cada um regido por uma lógica também privativa. Isso significa que, classificando dimensionalmente a existência, modos objetivos de ser correspondem a modos subjetivos de pensar, tal qual nos ensina a segunda grande lição de Parmênides. O padrão de movimento típico de cada amplitude configura, no plano objetivo, padrões de interação determinados e, no plano subjetivo, configura padrões inferenciais igualmente determinados. Padrão existencial e padrão inferencial correspondem-se por serem determinados pela mesma amplitude. Com isso, resta definido que o caráter ontológico opera, horizontalmente, na figura, no processo cumulativo de edificação da existência em ato, ligando antecedente e consequente, enquanto a operação inferencial lógica, opera, verticalmente, em cada uma das amplitudes que se somam na construção do ente. A mesma inversão encontramos em Santo Anselmo, ao tentar justificar a existência de Deus – uma questão ontológica –, valendo-se do princípio da causalidade, inerente à lógica clássica, que apenas vigora na terceira dimensão. Assim, não havendo alternativa à existência, encontramos dificuldade em classificá-la como prisão, ainda que, adiante, a morte seja, ao que tudo indica, inexorável. O homem já viveu trinta anos; atualmente, vive noventa, e nada obsta que consiga viver trezentos, caso conquiste condições de bem-estar favoráveis. Nas condições atuais, talvez, noventa já seja de bom tamanho. De mais a mais, o ser surge na vida relativa, segundo o modelo, por transcendência de uma existência absoluta, e, nessa condição, a morte pode indicar a mera troca de um fato roto por outro ou, então, o mero retorno ao absoluto. Pelo que nos é dado entender, nada muito dramático para quem transcende.

Para enfrentar as questões da mão que salva e da obrigatoriedade do retorno à caverna, concordando com o professor que a alegoria contempla a totalidade da vida humana, impõe-se, para adequada apreciação, estender a aplicação do algoritmo da criação, também, à totalidade da existência humana. Faremos isso com o concurso da história conhecida, uma vez que o caráter universal, crescentemente complexo, do algoritmo da criação sugere que, tal como no restante, a própria história seja influenciada por ele. A historiografia clássica divide a história conhecida em Período Antigo, Idade Média, Modernidade e Idade Contemporânea. Sem mudar essa temporalidade, apenas ajustando os termos, para facilitar a comunicação, preferimos designar esses períodos por Período Imperial, Idade Média, Modernidade e Pós-Modernidade. De todo modo, constata-se que essa divisão da história se baseia na identificação de modos de ser e de viver típicos, distintos e bem caracterizados. Dado que, segundo o modelo metafísico de Platão e de Parmênides, modos de ser implicam correspondentes modos de pensar, acrescentamos a nossa própria contribuição, postulando que os cinco diferentes padrões de pensamento são normatizados por cinco padrões lógicos determinados. Com isso, podemos montar esquema da História, simétrico ao esquema que mapeou o território da Metafísica de Platão, destacando a correspondência entre a evolução da história e a evolução do discernimento humano.



Reconhecemos que essa figura, aproveitada de outro trabalho, coloca certa descontinuidade nas explicações que vimos tecendo. Tentemos corrigir isso com mais duas explicações. A ideia de que a história humana relevante é a história do desvelamento e do domínio de cinco lógicas, crescentemente complexas e elucidativas, é do filósofo e engenheiro brasileiro Luiz Sérgio Coelho de Sampaio, falecido no início do século, que nos legou instigante acervo de ideias, algumas das quais tentamos dar continuidade. É dele a proposta de uma lógica da simples diferença, e é nossa a proposta de uma lógica da totalidade. As demais são lógicas conhecidas. A tese de que as lógicas contemplam movimentos inferenciais similares e correspondentes aos movimentos existenciais dimensionalmente classificados pode ser rapidamente demonstrada, examinando-se, como exemplo, o caso da primeira dimensão. Tomemos como referência o mapa do território da metafísica de Platão. O princípio necessário, o Uno, para ser indeterminado e absoluto, além de adimensional, precisa ser, também, absolutamente imóvel, já que qualquer movimento o determinaria. A determinação é uma qualidade também limitante. Quando, no processo ontológico, um ser, por transcendência, emerge no âmbito relativo, ocupa, inicialmente, uma amplitude de uma dimensão e o faz com um movimento semelhante ao que fazemos ao traçar um segmento de reta no papel. O movimento inicia-se, estende-se por algum tempo e, depois, cessa. Segundo definição aceita em Matemática, a reta ideal é obtida pelo deslocamento de um ponto em um sentido, e o ponto é caracterizado como um local no espaço desprovido de dimensão. Dado que o movimento transcendental é comprovado em laboratório, quando um elétron muda de órbita, admitida a perspectiva metafísica, resta pacificado o advento do ser no mundo relativo, em compleição unidimensional e indivisível. Quando se trata de um ser vivo, dizemos que ele nasce, vive e, depois, morre, tal como acontece com todas as coisas que marcam presença no mundo, inclusive as estrelas. No plano subjetivo, esse mesmo padrão de movimento manifesta-se quando percebemos uma presença, às vezes, tão tarde, que quase esbarramos nela. A presença ocupa nossa consciência, fica por algum tempo e, depois, some da consciência, tal qual o movimento existencial objetivo. Esse mesmo padrão lógico serve para identificar alguém ou alguma coisa, quando temos na memória um nome que lhe corresponde. Serve, igualmente, para buscar, em memória situada além da consciência, algo que esquecemos e enfrentamos dificuldade para lembrar. Observe que esse padrão de movimento se defronta com o que se situa para além da consciência, do que, racionalmente, está fora do nosso alcance, do que parece extrapolar o plano de existência em que nos encontramos. Daí configurar perspectiva

propícia à religiosidade, ao convívio com os deuses, aos mistérios, aos relatos mitológicos e à delegação divina do poder político, todos aspectos típicos do Período Imperial.

A perfeita correspondência verificada na lógica transcendental, com o movimento existencial manifesto na primeira dimensão, repete-se nas demais instâncias. Resumidamente, na segunda dimensão, com a lógica da diferença que privilegia as diferenças simétricas ou não que se materializam na fragmentação dos impérios, no confronto do bem com o mal, na divisão do humano em corpo e alma, em cristão e herege, na divisão do poder entre príncipe e cardeal, enfim, no modo medieval de ser e de viver. Com o resgate da lógica clássica do terceiro excluído de Aristóteles e a universalização do pensamento sistêmico, surge a ciência da matéria, inventam-se máquinas, deflagra-se a Revolução Industrial, e a civilização ocidental assume a feição moderna, com o pensamento científico impondo-se hegemônico. Finalmente, o descaso para com a condição humana no processo industrial enseja que a mente humana desenvolva lógica superior, a dialética, que potencializa ideias comunistas e socialistas e, oferecendo crítica à Modernidade, estabelece novo padrão civilizatório, mui justamente designado de Pós-Modernidade.

Certamente cabem desculpas ao amigo pela forma insuficiente com que estabelecemos, acima, a relação das lógicas e os seus modos de pensar com os quatro grandes períodos civilizatórios que a historiografia oficial cataloga. Um trabalho mais detido que discuta os padrões lógicos mencionados e os modos de ser e de viver de cada época constitui um projeto pendente que ainda esperamos realizar. Pensamos, porém, que, tratando-se o amigo de quem é, essas ralas indicações sejam suficientes para que se admita como razoável a tese de que os modos de ser e de viver guardam estrutural relação com os respectivos modos de pensar e com as lógicas que os patrocinam. Se isso puder ser admitido, podemos seguir adiante.

As quatro lógicas do âmbito dimensional possuem em comum o fato de serem dicotômicas, enquanto a lógica da totalidade distingue-se das demais por possuir compleição complementar. Na lógica transcendental, contrapõem-se ser e não-ser; na lógica da diferença, contrapõem-se as diferenças estruturais patrocinadas pela simetria do plano; na lógica clássica, contrapõem-se causa e efeito; na lógica dialética, contrapõem-se tese e antítese. Constituem-se todas as quatro, portanto, lógicas que capitalizam tensões, favorecem o conflito ou o confronto entre as partes. No processo histórico, os homens foram dominando as lógicas sucessivas e produzindo interpretações crescentemente complexas e correspondentes, tendo cada lógica reinado hegemônica em certo tempo. Apesar de estarmos, hoje, sob a predominância da lógica dialética, em alguma medida, todas continuam presentes porque a realidade é cumulativa e as preserva. Há, porém, mentes que se encantam com uma das lógicas, priorizam-na no seu processo interpretativo e, no extremo, absolutizam-na como forma de acessar a realidade, contra todas as evidências. Nesse caso, geram as chamadas ideologias que exacerbam os conflitos sociais. Os casos de fundamentalismo religioso, ideologia de gênero, ideologias de direita e ideologias de esquerda são, respectivamente, exemplares da absolutização dos quatro modos dicotômicos de pensar e explicam a confusão reinante em nosso tempo. Apenas a lógica da totalidade, em razão da sua busca pela forma estável de unidade, empenha-se em harmonizar as diferenças e capitalizar as complementaridades, de sorte que, na unidade assim gerada, as partes integrem-se e entrem em repouso. Valhamo-nos da imagem da superfície da esfera para, metaforicamente, vislumbrar a totalidade complexa feita de partes, em sua unidade.

Observe, amigo, que apenas essa totalidade unitária e limitada existe, de fato, como existência em ato, em nosso universo relativo, as demais instâncias são apenas ontológicas. Com isso, somente a lógica e o pensamento da totalidade constituem recursos aptos para vislumbrar a realidade – ainda que, por serem cumulativos, ele subsuma os anteriores. Os demais modos

de pensar, tomados isoladamente, apenas vislumbram certos aspectos ou partes integrantes da realidade, mas não a realidade toda. São olhares voltados para as partes ontológicas que edificam a realidade. Platão dirá que são olhares que percebem as sombras da existência. São olhares típicos da caverna.

Se olharmos para o início dos tempos, veremos que o *homo sapiens* foi precedido de um animal hominídeo, desprovido da capacidade racional que tipifica o humano. No esquema da evolução do discernimento, teríamos de posicionar esse hominídeo antes do Período Imperial determinado pelo pensamento transcendental. Esse hominídeo, tal como qualquer animal de hoje, já operava a lógica transcendental, uma vez que percebia as presenças do seu contorno. Os animais desviam-se dos obstáculos, e isso requer a capacidade de perceber a presença do outro e, até mesmo, a capacidade de distinguir se o outro é predador ou caça. Os animais irracionais, na verdade, fazem muito mais que isso, mas não nos desviemos. O *homo sapiens* surge quando o hominídeo consegue executar uma operação de autoconsciência, quando, além de perceber a presença do outro, ele se dá conta disso, isto é, descobre possuir consciência. Se antes ele percebia a natureza ao seu redor e sentia-se parte dela, com a autoconsciência, ele consegue afastar-se dela, consegue destacar-se dela e lança-se ao seu domínio e à grande aventura humana de conquista da razão – a começar pela lógica transcendental. Um projeto que apenas estará completo quando, segundo Platão e sua alegoria, ultrapassar o território dicotômico e belicista da caverna, alcançar a superfície da esfera e, finalmente, vislumbrar a realidade.

Nessa perspectiva, entendemos que a alegoria da caverna não trata realmente de prisão e salvação, trata de desafiadora e inescapável condição e de superação. Trata do grande desafio que a natureza lançou à espécie, ao conceder-lhe o poder de interpretar e entender a inteligência com a qual o universo se edifica, a partir da mais elementar das singularidades, o desafio de conquistar todos os recursos inferenciais que instrumentalizam a consciência e, assim, realizar plenamente a condição humana latente em todos os membros da espécie. Superação, porque desvencilhar-se da caverna é atitude pessoal indelegável. Não há como ensinar os outros a ver o mundo com novos olhos. São as próprias pessoas que precisam dar passos nesse sentido. A conquista plena da razão, o domínio da lógica da totalidade ou a saída da caverna atestarão o sucesso do projeto humano arquitetado pela natureza.

Infelizmente, amigo, conhecer a saída e, eventualmente, aventurar-se na superfície, como a própria alegoria informa, não resolve todos os problemas. Na superfície, aprende-se não somente que a realidade possui a compleição de totalidade, mas também que, apenas na totalidade, encontra-se a harmonia das partes, e um instante de repouso pode ser alcançado pela superação das tensões próprias das partes. Apenas na totalidade, o ajuste complementar das partes e o repouso conquistado podem produzir bem-estar. Apenas na superfície, é possível superar os horrores da fase hominídea e os conflitos ideológicos da fase cavernosa. Apenas na superfície, atinge-se serenidade. Entretanto, apesar de essa compreensão e de esse bem-estar serem suficientes para despertarem o desejo de retornar à caverna, em busca de quem se ama, existe outra razão, menos nobre, mas, igualmente determinante. Você sozinho na superfície não consegue fazer nada. Um padrão civilizatório apenas viabiliza-se quando a maioria da população consegue operar o modo de pensar correspondente. Assim, uma civilização na superfície apenas será possível quando a maioria da população for capaz de operar a lógica da totalidade. Só então, a espécie alcançará sua fase adulta. A superfície pode ser gratificante e bela, mas também pode ser solitária. De mais a mais, ter conhecimento da totalidade não é suficiente para saber operar segundo a totalidade. Conhecer e saber são coisas distintas, e um vídeo disponível no YouTube – <https://www.youtube.com/watch?v=MFzDaBzBIL0> – demonstra, cabalmente, isso.

Estamos lhe contando essas coisas, amigo, porque uma mente brilhante como a sua seria companhia adequada para, recostados na relva da superfície, assistirmos ao cortejo da Via Láctea e especularmos se, em algum dia, poderemos povoá-la. Mas, antes disso, dirá você, mais realista, como faremos para tirar os outros da caverna. E nós lhe diremos que, em Brasília, estamos empenhados em recriar a Academia Platônica de Brasília, com esse propósito, e que bem que se poderia pensar também em uma Academia Platônica de Lisboa ou em uma Academia Platônica de Braga. Até lá, o que nos resta fazer é, talvez, tal como fazia Platão, identificar almas afins e escrever cartas.